



Pesquisa em ação na promoção de Territórios mais Sustentáveis e Saudáveis



Estado do
Rio de Janeiro

Macaé



Rio de
Janeiro



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



LINHA DO TEMPO

Ano 1



05/03 - 07/09/2021

Constituição da Coordenação Político-Pedagógica (CPP) do projeto, das CPPs territoriais e do Grupo de Trabalho (GT) Metodologia.

A CPP é a instância responsável pela gestão do processo de aprendizagem do curso de Agentes Populares de Saúde, além de participar ativamente do desenvolvimento da pesquisa.

10/11/2020
Submissão do projeto de pesquisa desenvolvido pela Fiocruz e os movimentos sociais parceiros

29/01/2021
Publicação do resultado do edital

05/03/2021

Primeira reunião da Coordenação Político-Pedagógica - CPP do projeto

A CPP foi formada por representantes dos movimentos sociais, pelas(os) pesquisadoras(es) populares bolsistas dos territórios e pela Coordenação do projeto de pesquisa.

28/03/2021

Oficina sobre o papel de uma Coordenação Política e Pedagógica

Voltada aos membros da CPP geral, das CPPs territoriais e aos bolsistas dos territórios.

28/04/2021

Primeira reunião com a CPP territorial de Manguinhos

14/05/2021

Primeira reunião com a CPP territorial da Terra Prometida (Penha)



27/09/2021

Seminário sobre o curso de Agentes Populares em Saúde

Este seminário foi aberto a todos os membros do projeto e contou com a presença de três convidadas: Etel Matielo (Fiocruz Brasília), que falou sobre seu trabalho e a construção do curso de Agentes Populares de Saúde em Brasília, Lívia Mélo (setor Saúde MST-PE) e Paulette Albuquerque (UFPE e Fiocruz Pernambuco), que trataram da construção do primeiro curso de Agentes Populares de Saúde, realizado em 2020, em Pernambuco.

07/09/2021

Primeira reunião com a CPP territorial de Macaé

12/07/2021

Oficina sobre Agentes Populares em Saúde

Esta oficina pretendia debater os objetivos do curso de Agentes Populares de Saúde e integrar o grupo de pesquisadoras/es, a CPP geral e as CPPs territoriais, para a realização de um trabalho articulado entre eles.

22/11/2021
Reunião do GT Pesquisa com a CPP para debater o questionário

01/2022 a 03/2022

Ciclo de Oficinas de Pesquisa Popular em Saúde

O objetivo deste ciclo de oficinas foi debater o sentido e o papel da pesquisa popular em saúde e promover uma aproximação entre os diferentes territórios. O público principal foram militantes dos movimentos sociais e as(os) pesquisadoras(es) populares, bolsistas do projeto, que atuaram como articuladoras(es) do curso/pesquisa nas suas respectivas comunidades. Na cidade do Rio de Janeiro foram dadas 3 oficinas para Manguinhos e Penha conjuntamente. Em Macaé, a oficina foi condensada em dois encontros, um deles com a presença das/os bolsistas da Terra Prometida e de Manguinhos.

22/01/2022

Primeira oficina em Macaé, no acampamento Edson Nogueira

21/02/2022

Segunda oficina, na Terra prometida

26/03/2022

Terceira oficina, em Manguinhos

07/02/2022

Primeira oficina, em Manguinhos

26/02/2022

Segunda oficina em Macaé, no acampamento Edson Nogueira, com a presença das(os) pesquisadoras(es) populares, bolsistas dos territórios da Penha e de Manguinhos, que foram para conhecer o acampamento e participar da atividade.

06/21 a 03/22

Pesquisa de Campo

Um dos principais instrumentos de pesquisa desse projeto foi um questionário desenvolvido pelas(os) pesquisadoras(es), em diálogo com os movimentos sociais e validado nos próprios territórios antes de ser aplicado em campo. Voltado à realização de um diagnóstico socioterritorial, o questionário foi um exercício do curso de Agentes Populares de Saúde e foi aplicado junto a famílias das três comunidades pelas(os) próprias(os) educandas(os) do curso.

COMO ESTE PROJETO POTENCIALIZOU OS TERRITÓRIOS

- A aproximação/articulação entre os três territórios periféricos que fizeram parte do projeto.
- O estabelecimento de novas parcerias entre os movimentos, os territórios e pesquisadoras(es) membros do projeto.
- A gestão de novos projetos de pesquisa e extensão nos territórios, como o Balcão de Direitos na Terra Prometida, proposto por pesquisadoras do DiaTrab que participaram do Povo Cuidando do Povo.

PRINCIPAIS DESAFIOS DO PRIMEIRO ANO

A terceira onda da COVID-19

O curso e a pesquisa tiveram de ser adiados nos três territórios, por conta da terceira onda da COVID-19, marcada pelo predomínio da variante Ômicron.

Ameaça a Direitos

DIFICULDADE DE ACESSO (Macaé) Inicialmente, a pesquisa e o curso seriam realizados no PDS Oswaldo de Oliveira. Este assentamento ocupa uma área de 1.539,76 hectares, anteriormente conhecida como Fazenda Bom Jardim, no distrito Córrego do Ouro, que pertence ao município de Macaé. Ao longo de 2021, a comunicação com o PDS foi muito difícil, pois o território fica numa zona rural de difícil acesso tanto físico quanto por internet.

AMEAÇA DE DESPEJO Ao longo de 2021, o PDS Oswaldo Oliveira, em Macaé, sofreu mais uma de tantas ameaças de despejo, por conta de uma ação de reapropriação de posse movida pelos antigos proprietários da área. Porém, o STJ deu, por unanimidade, ganho de causa às agricultoras e agricultores.



Pesquisa em ação na promoção de Territórios mais Sustentáveis e Saudáveis

Resultados e reflexões a partir da sistematização da experiência de realização do projeto *O Povo Cuidando do Povo: uma pesquisa-ação participativa sobre os desafios e estratégias ao enfrentamento da COVID-19* em três territórios periféricos no Estado do Rio de Janeiro, financiado pelo edital do programa *Inova Fiocruz Territórios Sustentáveis e Saudáveis no contexto da pandemia Covid-19*

**Rio de Janeiro, RJ
2023**

Sumário

- 3 Apresentação**
- 4 Seção 1:**
Um projeto dialógico e participativo
- 5 Diferentes instâncias**
- 6 Oficina e Seminários**
- 7 Construção participativa**
- 8 Pesquisa popular em saúde
- 9 A pesquisa**
- 10 A pesquisa de campo
- 11 Características do território
- 15 Seção 2:**
Nós por nós
- 17 Acampamento Edson Nogueira**
- 21 Terra Prometida**
- 25 Praça do PAC, Manguinhos**
- 25 Considerações finais**

EXPEDIENTE

Coordenação geral e Edição: Carolina Burle de Niemeyer

Redação: Carolina Burle de Niemeyer, com a colaboração de Iranilde de Oliveira Silva, Diego Fraga Rangel, Leonardo Estolano Schafer, Livea Cristina Rodrigues Bilheiro, Alexsander Grem Ribeiro e Talles Adriano dos Reis (MST); Katia Marro e Hayda Alves (UFF-RO) pelo Acampamento Edson Nogueira. Ana Paula da Cruz Santos e Daniela Joyce Thayres da Silva (CEM/RedeCau); e Paulo de Castro Martins (Rede Cau), pela Terra Prometida. Carolina Dias (MBP); Bruna Ramalho Marques e Lucília Aguiar (MTD); e Ingridy Maura Moura da Silva (Levante Popular da Juventude), pela Praça do PAC, Manguinhos. Paulo Lara e Irlaine Arruda (VideoSaúde/Icict/Fiocruz); Luiz Otávio de Azevedo (Icict/Fiocruz); Juliana Benício e Verônica de Araújo Triani (Faculdade Nacional de Direito/UFRJ); e Rosa Lima

Copidesque e Revisão de texto: Rosa Lima

Projeto gráfico e Diagramação: Pedro Biz e Carolina Burle de Niemeyer

Capa, Gráficos e Ilustrações: Pedro Biz

APRESENTAÇÃO

O *povo Cuidando do Povo* foi uma iniciativa que conjugou pesquisa, ensino e extensão e foi construída colaborativamente pela Fiocruz, junto a um coletivo de movimentos sociais envolvidos na campanha popular e nacional *Periferia Viva* e a outras instituições de ensino e pesquisa. Este projeto foi contemplado pelo edital do programa Inova da Fiocruz Territórios Sustentáveis e Saudáveis, lançado em setembro de 2020, quando não havia vacinas contra o coronavírus disponíveis no Brasil, e a principal medida para evitar o contágio era o isolamento social.

Este contexto foi especialmente cruel para as periferias do campo e da cidade, cuja população é majoritariamente negra e parda, tem baixa escolaridade e sobrevive de biscates e trabalhos informais. São pessoas sem emprego formal, que dependem das ruas para garantir o sustento da família, e viram-se diante da dupla ameaça de morrer de Covid-19 ou morrer de fome. O Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a vacinar a sua população, ainda em julho de 2020. Mas o negacionismo do então Presidente da República fez com essa agonia se estendesse até janeiro de 2021, quando a vacinação teve início no país, ainda restrita a idosos, pessoas com comorbidade e profissionais de saúde.

Este é o cenário no qual iniciamos este projeto, que teve o objetivo duplo de ampliar o entendimento sobre os desafios e potencialidades impostos pela pandemia a territórios em situação de vulnerabilização socioambiental e contribuir para que essas comunidades estivessem mais bem preparadas para o seu enfrentamento.

Saúde não se resume à ausência de doença e está diretamente relacionada às condições em que vivem as populações. Apoiadas neste conceito ampliado de saúde, desenvolvemos uma pesquisa articulada a um curso de formação em Agentes Populares de Saúde, realizada em três territórios periféricos do

Estado do Rio de Janeiro de naturezas distintas: uma área urbana da favela de Manguinhos, uma localidade rururbana no complexo da Penha e um acampamento rural em Macaé.

Desde o início, a nossa proposta foi construir conhecimento com as pessoas dos territórios e não sobre elas, e as metodologias e ferramentas utilizadas no projeto de pesquisa refletem esse compromisso. O projeto teve a duração de dois anos, ao longo dos quais desenvolvemos inúmeras ações voltadas à promoção do protagonismo social, à democratização do conhecimento e ao fortalecimento do SUS, sempre com ênfase nas relações entre saúde e ambiente e mantendo o compromisso de contribuir para tornar esses territórios mais sustentáveis e saudáveis.

Esta publicação é uma sistematização dessa experiência e está organizada da seguinte forma:

Centrada no viés científico do projeto, na primeira seção abordamos a estratégia e a metodologia adotadas, a articulação da pesquisa ao curso de Agentes Populares de Saúde, o desenvolvimento do nosso principal instrumento de pesquisa e alguns resultados derivados deste processo. Também trazemos depoimentos de pesquisadoras(es) sobre a experiência de participação em uma pesquisa construída com os movimentos sociais e os territórios e não sobre eles.

A segunda seção, *Nós por nós*, tem os movimentos sociais como autores e traz a sistematização do curso de Agentes Populares de Saúde por quem esteve à frente da sua realização em Manguinhos (MTD e Levante Popular da Juventude), na Terra Prometida (CEM/Rede Cau) e no acampamento Edson Nogueira (MST). A publicação termina com algumas considerações finais.

Boa leitura!

[seção 1]

UM PROJETO DIALÓGICO E PARTICIPATIVO

O *Povo Cuidando do Povo* foi uma experiência construída a muitas mãos, que agregou diferentes olhares e interesses, mas partiu de um objetivo comum, o de contribuir para a melhoria das condições de vida dos homens e mulheres que vivem e trabalham nos lugares em que este projeto foi realizado.

Apoiada em uma perspectiva Freiriana, a pesquisa contribuiu para a promoção de territórios mais saudáveis e sustentáveis, a partir do diagnóstico e problematização dos seus principais desafios e potencialidades, em diálogo com as(os) educandas(os) do curso de Agentes Populares de Saúde, na expectativa de que esta dinâmica dialógica e dialética contribuísse para o reconhecimento dos seus respectivos inéditos viáveis (Freire, 1979).

Identificado com a perspectiva de pesquisa militante (Jaumont e Varella, 2016), este projeto de pesquisa-ação (Thiolent, 1986) incorporou as comunidades como sujeito e não como objeto de estudo, e se constituiu a partir de um diálogo (De Sousa Santos, Menezes e Peixoto, 2018; Freire, 1979) entre os conhecimentos científico, técnico e popular, tendo em vista uma construção compartilhada de conhecimentos (Pivetta, 2021; Oli-

veira e Valla, 2001; Valla, 1996; Cunha et al, 2018) sobre os desafios e potencialidades destes territórios no processo de enfrentamento da Covid-19.

Desde a proposta encaminhada ao edital da Fiocruz, pela Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública (VDEGS/ENSP), trabalhamos em diálogo e parceria com movimentos sociais e os territórios pesquisados, porque a intenção era realizar um estudo no qual as comunidades contribuíssem ativamente com a investigação, desde o diagnóstico dos problemas, passando pelo desenho do estudo, até a reflexão sobre os dados gerados, contribuindo para promover o protagonismo social.

A pesquisa já surge integrada a uma ação da campanha nacional e popular Periferia Viva, o curso de Agentes Populares de Saúde, desenvolvido em vários estados do Brasil como uma resposta popular à pandemia de Covid-19 em territórios vulnerabilizados e periféricos.

Inicialmente essa campanha centrou-se em ações de combate à fome (Melito, 2020), mas, na dinâmica do processo, os movimentos so-

ciais entenderam que o desafio ia além. Era necessário contribuir para o enfrentamento da Covid-19 nas periferias, com medidas de promoção da saúde, de vigilância popular, de orientação e de compartilhamento de informações qualificadas sobre prevenção e sobre como lidar com a doença e as suas consequências para as famílias e as comunidades. Assim surgiu o primeiro curso de Agentes Populares de Saúde, desde então construído em parceria com universidades e instituições de pesquisa (Lima, 2020).

Esta foi uma proposta trazida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, junto ao Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e ao Levante Popular da Juventude, articulava a campanha Periferia Viva no Estado do Rio de Janeiro. Por decisão conjunta, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Cau) foi convidada a se somar nessa construção, representada pelo Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM).

O curso e a pesquisa foram realizados conjuntamente em locais onde esses movimentos sociais já estavam atuando: o acampamento Edson Nogueira, onde funciona a Unidade Pedagógica Marielle Franco do MST, localizado na zona rural de Macaé; a Praça do PAC, uma comunidade da favela de Mangueiros, onde o MTD e o Levante Popular da Juventude já desenvolviam ações; e a Terra Prometida, um território rururbano localizado no complexo da Penha, onde atua o CEM / Rede Cau.

Como este projeto tem viés multidisciplinar, envolveu ainda profissionais e pesquisadores da Saúde Coletiva, da Sociologia, da Epidemiologia, da Comunicação, da Ciência da Informação, do Serviço Social, da Psicologia e do Direito, ligados a distintas organizações. Da Fiocruz participaram unidades da ENSP e do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), além do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ), da Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto e do grupo de extensão Trabalho, Diálogo e Ação (Dia-Trab), da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, e da Universidade Federal Fluminense

se de Rio das Ostras (UFF/RO).

A pesquisa teve a proposta de investigar “como a Covid-19 repercutiu nas condições de vida e no acesso à saúde de famílias e indivíduos que vivem em três distintos territórios periféricos no Estado do Rio de Janeiro”. O objetivo era gerar dados científicos que também fizessem sentido para os territórios, e contribuíssem para subsidiar ações territoriais autônomas e a sua atuação junto ao poder público, na demanda por seus direitos e por mais e melhores políticas públicas. Este processo também pretendeu potencializar a articulação entre movimentos sociais rurais e urbanos e fomentar a solidariedade entre o campo e a periferia.

DIFERENTES INSTÂNCIAS

O curso e a pesquisa foram desenvolvidos conjuntamente, a partir do diálogo e da parceria entre a ENSP, os movimentos sociais e as instituições parceiras. Trabalhar com tanta diversidade não foi fácil. A nossa estratégia foi criar diferentes instâncias, as quais ficaram responsáveis por diferentes etapas do projeto, mas sempre em diálogo constante. São elas: a Coordenação Político Pedagógica (CPP) geral; o Grupo de Trabalho - GT Metodologia; as CPPs territoriais; o GT Comunicação; e o GT Gestão.

A Coordenação Político-Pedagógica (CPP) foi formada pelos movimentos sociais, pela coordenação da pesquisa e por representações dos territórios. A CPP ficou responsável pela definição do projeto político e pedagógico do curso e pela integração da pesquisa a essa formação.

O GT Metodologia foi formado pelas(os) pesquisadoras(es), por representantes dos movimentos sociais e pelas(os) bolsistas territoriais. O foco do trabalho deste grupo foram as estratégias de realização da pesquisa em articulação com o curso e o desenvolvimento de um instrumento para o levantamento de dados socioterritoriais: um questionário que foi integrado como material pedagógico ao curso de Agentes Populares de Saúde e aplicado em campo

pelas(os) próprias(os) educandas(os), como parte do seu processo de formação.

Foram formadas três **CPPs territoriais**, uma para cada local. Elas foram formadas por representantes dos territórios e dos movimentos sociais que lá atuam, e ficaram responsáveis pela realização do curso e pela aplicação da pesquisa nesses lugares.

Do **GT Comunicação** participaram pessoas dos territórios, bolsistas e pesquisadoras(es) envolvidas(os) com as tarefas e os produtos de comunicação do projeto, como a produção de material audiovisual, a criação e manutenção das mídias sociais (Facebook e Instagram), e a produção do minidocumentário.

O **GT Gestão** foi composto pela coordenadora do projeto e um profissional de gestão. O foco deste GT foi a relação com o agente financiador e o patrocinador do projeto, incluindo a elaboração dos relatórios e a prestação de contas.

Essas instâncias foram discriminadas por tema e não foram excludentes, a Coordenação do projeto acompanhou o trabalho de todas elas, que incluíram sempre um(a) representante dos movimentos sociais. Também foram criados GTs para tratar da construção dos módulos que foram incorporados e atualizados no curso de Agentes Populares de

Saúde do Rio de Janeiro: o módulo Direitos e o módulo Comunicação como ferramenta de luta e de ação política.

OFICINAS E SEMINÁRIOS

Os primeiros seis meses do projeto foram dedicados à consolidação dessas instâncias e à promoção de um trabalho conjunto entre elas. Nesta época, ainda não havia vacina contra a Covid-19 disponível no Brasil, e o trabalho foi realizado à distância, por meio de reuniões e seminários on-line.

Além de fomentar um trabalho articulado entre as distintas instâncias, como a maioria das(os) envolvidas(os) não tinha experiência com projetos dessa natureza, promovemos duas oficinas e um seminário de formação.

Realizada em 12/07/2021, a Oficina sobre Agentes Populares em Saúde foi voltada a todos os GTS, e teve como convidadas Eliane Martins (MTD) e a Alexandra Rodrigues (MST-PE). Em 28/03/2021 organizamos a Oficina sobre o papel da CPP. Restrita à Coordenação Política e Pedagógica e às(os) bolsistas dos Territórios, este encontro teve um momento formativo, com facilitação de Maria Goreti (MST), e um segundo voltado ao Planejamento Interno da CPP. Em 27/09/2021 realizamos o Seminário sobre o curso de Agentes Populares de Saúde, com

“O nosso contato foi iniciado em plena pandemia, situação de grave aprofundamento das gigantescas desigualdades sociais que historicamente caracterizam o país. Do ponto de vista comunicacional, o projeto teve como motivação principal atuar sobre a circulação de sentidos, buscando compreender e fortalecer os vínculos de vida, incluindo as histórias pessoais, comunitárias e todo o universo que está relacionado ao conceito de saúde e suas determinações sociais, tais como: alimentação, trabalho, moradia e

cultura. Pois a comunicação é intrínseca a qualquer proposta de pesquisa-ação como a que foi realizada nesse projeto, construindo formas compartilhadas de produção de conhecimentos, em que as diferentes pessoas, comunidades e movimentos possam identificar e reconhecer seus elos, conflitos e possíveis articulações transformadoras, com atenção especial às condições de saneamento e às relações com o Sistema Único de Saúde (SUS).”

[Paulo Lara e Irlaine Arruda - VideoSaúde/ Iciect/Fiocruz]



a presença de Lívia Mélo (MST e UFPE) e de Paulette Albuquerque (Fiocruz Pernambuco e UFPE), que falaram sobre a construção do primeiro curso de Agentes Populares de Saúde em Pernambuco. E de Etel Matielo (Fiocruz Brasília), que falou sobre a sua experiência em projetos e pesquisas construídos em diálogo com movimentos sociais, em especial sobre o curso de Agentes Populares de Saúde, ocorrido em Brasília. Em março de 2023, realizamos o seminário de encerramento na ENSP, entendendo que a Fiocruz é um dos territórios da pesquisa, e assim como era importante promover o intercâmbio entre territórios, também era necessário que as(os) educandas(os) pudessem ‘ocupar’ a Fiocruz.

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

O curso de Agentes Populares de Saúde adota a Pedagogia da Alternância, com etapas de Tempo Escola e de Tempo Comunidade, o que favoreceu a sua integração à pesquisa, pois as(os) próprias(os) educan-

das(os) atuaram como pesquisadoras(es) de campo, entrevistando famílias das suas respectivas comunidades, no período de intervalo entre as aulas, como parte da sua formação como Agentes Populares.

Um dos principais produtos da pesquisa foi um questionário construído de forma dialógica e participativa e integrado aos temas do curso. Embora esta seja uma pesquisa qualitativa, tanto as(os) pesquisadoras(es) como os movimentos sociais entenderam que essa seria uma oportunidade para levantarmos informações sobre os territórios, que pudessem apoiar as lutas por políticas públicas e nortear as ações dos movimentos. Com este objetivo, desenvolvemos um questionário fechado composto por sete eixos temáticos, integrados aos módulos e aos temas do curso de Agentes Populares de Saúde. São eles:

Eixo 1 – Características do domicílio;

Eixo 2 – Perfil do responsável pelo domicílio;

Eixo 3 – Insegurança alimentar;

Eixo 4 – Vulnerabilidades socioterritoriais;

Eixo 5 – Acesso a serviços de saúde;

Eixo 6 – Pandemia por Covid-19;

Eixo 7 – Trabalho, renda e acesso a direitos na pandemia por Covid-19.

Este instrumento teve o objetivo duplo de estimular as pessoas a refletirem sobre as suas realidades e contextos, quando fosse trabalhado em sala de aula, e de levantar dados sobre os territórios, que pudessem subsidiar: as ações dos movimentos sociais, o desenvolvimento de tecnologias sociais, ações autogestionadas, além da atuação desses sujeitos junto ao poder público, em suas demandas por mais e melhores políticas públicas.

Este instrumento foi construído ao longo do primeiro ano do projeto, com a participação de todos os segmentos envolvidos: pesquisadoras(es), movimentos sociais, trabalhadoras(es) da Saúde, da Educação e do Serviço Social e os sujeitos dos territórios. Uma primeira versão foi criticada e validada durante um ciclo de oficinas de Pesquisa Popular em Saúde, realizado nos três territórios. O resultado foi o seu aprimoramento, tanto em termos de linguagem como de consideração das especificidades de cada lugar.

O questionário foi elaborado na plataforma RedCap (Research Electronic Data Capture), um aplicativo que permite a coleta e o gerenciamento dinâmico de dados, e pode ser instalado em celulares, tablets e computadores pessoais. O aplicativo reduz os principais problemas de qualidade, além de auxiliar na importação e exportação de dados entre banco de dados, na construção de relatórios e na transferência de dados para os principais softwares de análises estatísticas, garantindo o máximo de precisão, segurança e rapidez na obtenção de informações confiáveis.

Pesquisa popular em saúde

No início de 2022, realizamos um ciclo de oficinas de Pesquisa Popular em Saúde, voltado à formação das(os) bolsistas populares e

à validação dos questionários nos territórios. No Rio de Janeiro foram três oficinas oferecidas conjuntamente para Penha e Manginhos. Em Macaé condensamos o ciclo em duas oficinas, por conta da distância, e levamos as(os) bolsistas territoriais de Manginhos e da Penha no segundo encontro.

O objetivo dessas oficinas foi debater o sentido da pesquisa popular e a sua contribuição para a investigação em curso e para a melhoria do SUS local. Nestas formações, problematizamos a ideia de promoção da saúde, para então apresentar a proposta de promoção emancipatória da saúde. Abordamos a Vigilância em Saúde, as suas atribuições e a sua relação com a população, para então apresentar a Vigilância Popular em Saúde à qual a formação de Agente Popular de Saúde está associada. Também explicamos as diferenças entre o Agente Comunitário em Saúde, que é um(a) trabalhador(a) do Sistema Único de Saúde (SUS), e o Agente Popular em Saúde, um(a) voluntário(a) com tempo e disposição para atuar solidariamente no cuidado com a sua comunidade.

As oficinas serviram também para estimular a reflexão coletiva sobre o questionário, e o resultado foi o aprimoramento do instrumento, tanto em termos de linguagem como de consideração das especificidades de cada território. A maioria das críticas e sugestões feitas ao questionário foi incorporada à versão do instrumento encaminhada e aprovada pelo Comitê de Ética. Este questionário, que foi também material paradigmático do curso de Agentes Populares, foi trabalhado em aula no Tempo Escola e aplicado em campo, pelas(os) próprias(os) educandas(os), no Tempo Comunidade, como parte da formação como Agente Popular de Saúde.

As oficinas realizadas na Cidade do Rio de Janeiro foram conjuntas, na intenção de promover uma interação entre os territórios, sendo duas em Manginhos e uma na Terra Prometida. Delas participaram militantes do MTD, do Levante Popular da Juventude, do CEM e da Rede Cau, além de profissionais e moradoras(es) desses territórios.

Em Macaé, o ciclo foi condensado em dois encontros, por conta da distância. Deles participaram militantes do MST, além de moradoras(es) do acampamento Edson Nogueira e do assentamento Edson Nogueira, ambos em Macaé, e do acampamento Cicero Guedes, localizado em Campos, além de professoras(es), estudantes e pesquisadoras(es) da UFF de Rio das Ostras.

Além da formação e da crítica do questionário, esses encontros serviram para promover uma articulação entre os movimentos rurais e urbanos e para fomentar a solidariedade entre as periferias do campo e da cidade.

A PESQUISA

A pesquisa foi integrada ao curso de Agentes Populares de Saúde, na intenção de trazer o olhar e a experiência de quem vive nessas comunidades para o processo de investigação. Esta estratégia teve a intenção de gerar dados mais relevantes, tanto pelo viés dos territórios como pelo critério científico, pois o conhecimento a ser gerado neste processo dialógico, reflexivo e analí-

tico não seria possível sem a contribuição dessas pessoas.

A integração do projeto de pesquisa ao curso trouxe benefícios para ambos. O curso se potencializou ao ganhar um módulo sobre Acesso a Direitos e um módulo sobre Comunicação Popular como estratégia de pesquisa e de ação política e um ciclo de três oficinas de Pesquisa Popular em Saúde. Além do apoio financeiro para a realização do curso de Agentes Populares de Saúde, da certificação pelo Instituto de Medicina Social (IMS/Uerj), e das três bolsas para as(o) pesquisadoras(es) populares, responsáveis por mobilizar os territórios para participarem dessa formação.

Em contrapartida, as(os) educandas(os) contribuíram neste estudo, atuando como pesquisadoras(es) populares. Durante o Tempo Comunidade, aplicaram o questionário junto às famílias que acompanharam como parte da formação do curso. Durante o Tempo Escola, compartilharam as suas impressões sobre o campo, além de terem participado de um encontro para a avaliação coletiva do questionário e da estratégia de pesquisa, realizado em cada um dos territórios.

“A minha participação no O povo cuidando do povo se deu em várias etapas: Inicialmente, participei na elaboração das questões para a composição do questionário a ser respondido pelas pessoas que residem nos cinco territórios visitados. Numa segunda etapa, as questões, já divididas em sete eixos temáticos, foram transcritas para o questionário utilizando o aplicativo RedCap – específico para a construção de inquéritos. Numa terceira etapa, tendo em vista que as entrevistas seriam feitas em territórios que não eram servidos por rede de wifi, foi oferecido um treinamento para os entrevistadores tivessem total autonomia para a utilização da versão off-line do questionário, que incluiu a processo de importação dos

questionários para o tablet permitindo que as entrevistas pudessem ser feitas utilizando o equipamento.

Ao final do dia de visitas às residências nos territórios, os entrevistadores foram treinados a transmitirem os dados coletados, a partir de um local onde tivessem acesso à uma rede de internet, para o banco de dados do projeto armazenado nos servidores da Fiocruz. Por último, para que a equipe responsável pela análise estatística dos dados pudesse ter acesso ao banco de dados, foram feitas reuniões para permitir acesso remoto ao banco de dados e auxílio em qualquer dúvida neste acesso. Esta foi a contribuição que pude dar no desenvolvimento do projeto.”

[Luiz Otávio de Azevedo - Icict/Fiocruz]

A PESQUISA DE CAMPO

Embora a distribuição por território tenha sido diferente, o número de educandas(os) do curso de Agentes Populares de Saúde que participaram da pesquisa foi o mesmo previsto no projeto apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Ensp, 60 no total. Já o número de pessoas que respondeu ao questionário foi bem inferior ao previsto. Havia a proposta de entrevistar 200 famílias por território, 600 no total, com base na previsão de que cada educanda(o) viria a acompanhar dez famílias da sua comunidade, como parte de sua formação como Agente Popular de Saúde, o que não ocorreu na prática.

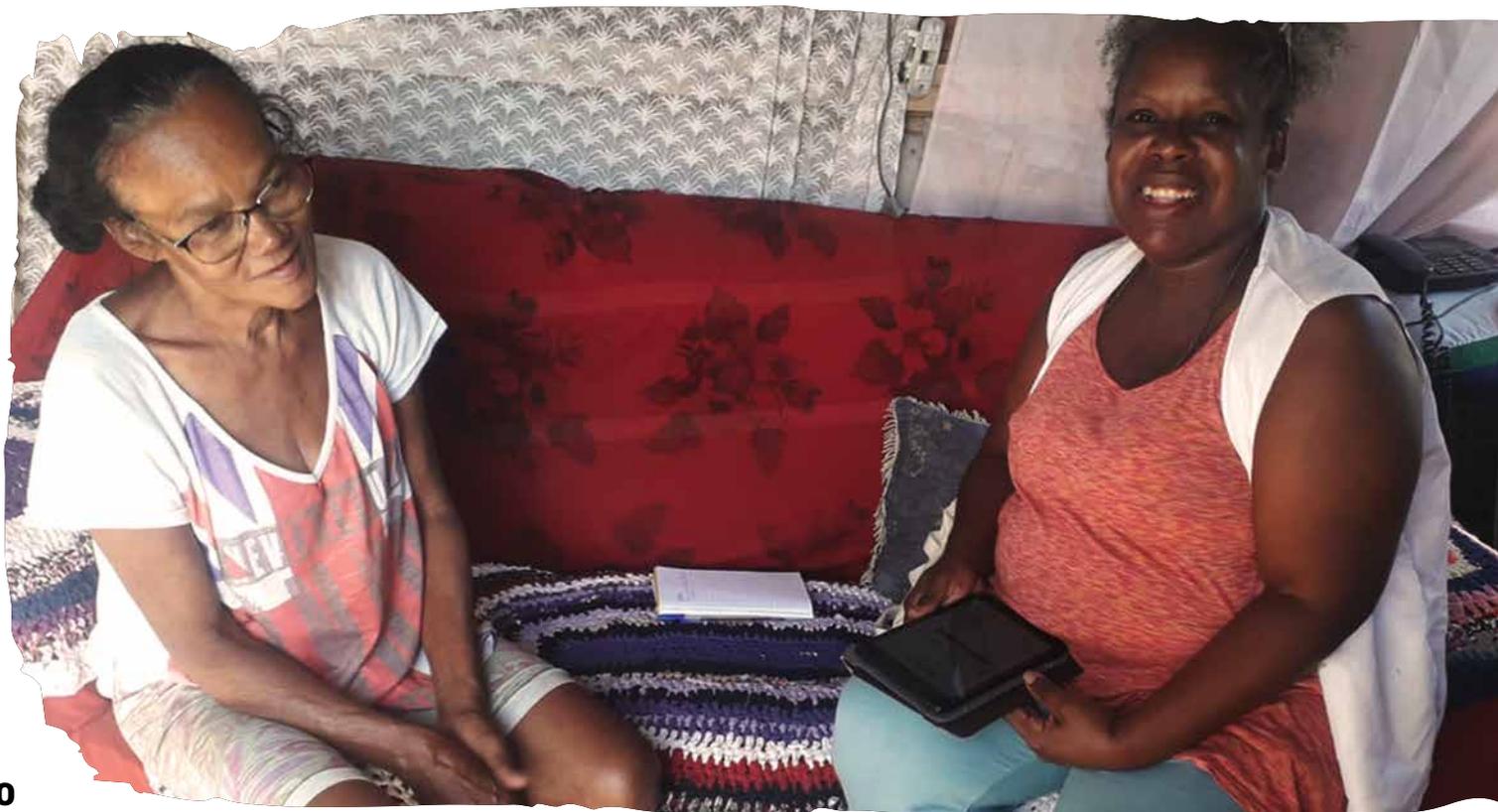
A estratégia de pesquisa de campo também variou de território para território, o que gerou impactos negativos na etapa de coleta de dados. O Edson Nogueira e Manguinhos aplicaram a pesquisa em papel e a Terra Prometida aplicou diretamente pelo RedCap, como estava previsto.

No Edson Nogueira foram entrevistadas 20 pessoas, sendo que nenhuma delas respondeu os sete eixos do questionário. Em Manguinhos foram 58, sendo que apenas 22

delas responderam os sete eixos do questionário e muitas perguntas ficaram sem resposta. Já na Terra Prometida foram 28 e todos os questionários ficaram completos.

A aplicação do questionário em campo foi o maior desafio deste projeto, e o seu resultado é reflexo da nossa ousadia. As(os) educandas(os) tiveram dificuldades e subverteram algumas regras que comprometeram o resultado, de forma que o principal legado desta pesquisa não são os dados coletados, mas o aprendizado que essas pessoas desenvolveram no processo.

O curso de Agentes Populares de Saúde somado à participação na pesquisa contribuíram para que essas pessoas adquirissem um novo olhar sobre velhos problemas. Ao entrevistarem as(os) vizinhas(os), as(os) educandas(os) foram confrontadas com problemas que as(os) afetam diretamente, entendendo o conceito de determinação socioambiental da saúde (Breilh, 2006) na prática e percebendo situações de violência e de violações de direito, antes naturalizadas, como situações-limite (Freire, 1979). E o estranhamento do que antes era tido como dado é o primeiro passo para a construção dos inéditos viáveis (ibid).



Características do Território

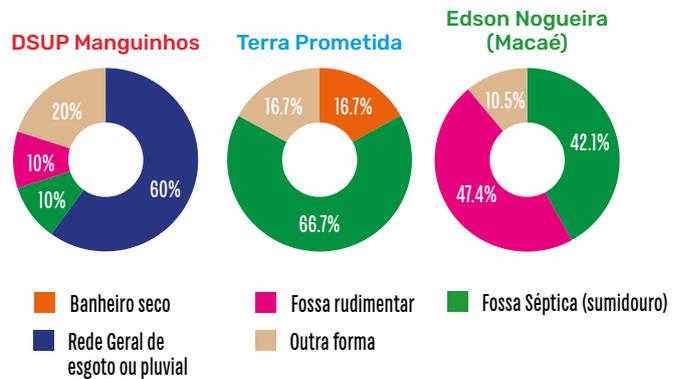
Todos os três territórios onde o curso e a pesquisa foram realizados são vulnerabilizados, mas há diferenças entre eles.

A FORÇA DO FEMININO!

Das 60 pessoas que se formaram como Agentes Populares de Saúde, 49 são mulheres. No total, 50 educandas(os) atuaram como pesquisadoras(es) de campo e, dessas(es), 43 são mulheres.

Nos três territórios pesquisados, a maioria das pessoas que respondeu em nome da família também eram mulheres. Na Terra Prometida, foram 80%; em Manguinhos, 63,3%; e em Macaé, 52,6%.

De que forma é feito o escoadouro dos banheiros ou sanitários de uso coletivo?



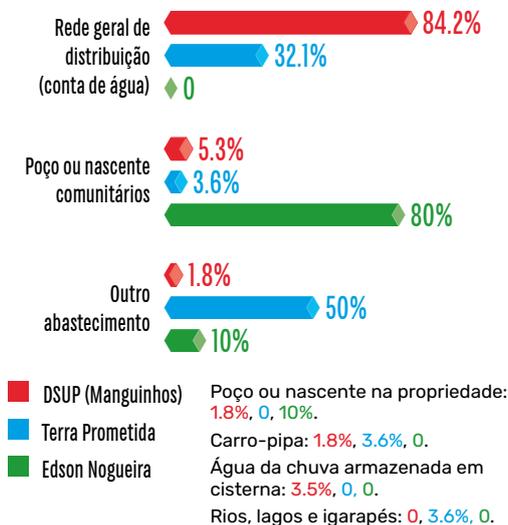
A sua moradia tem cozinha?



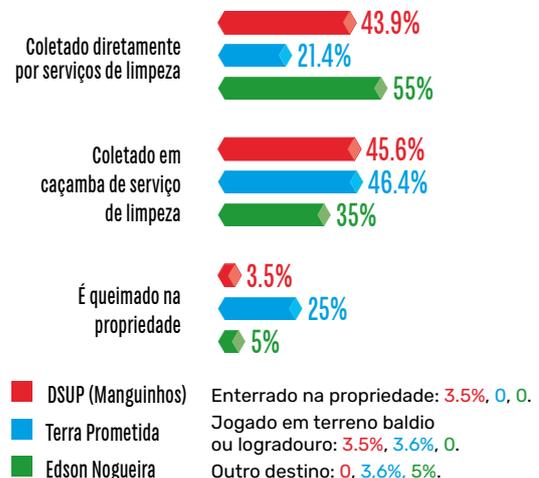
A sua moradia tem água canalizada para pelo menos um cômodo?



Qual a principal forma de abastecimento de água da sua moradia?



Qual o destino dado ao lixo da sua moradia?



As diferenças entre os territórios também se revelam na característica dos domicílios e no acesso a bens, como pode ser visto nestes gráficos.

Quantos cômodos estão servindo permanentemente de dormitório?

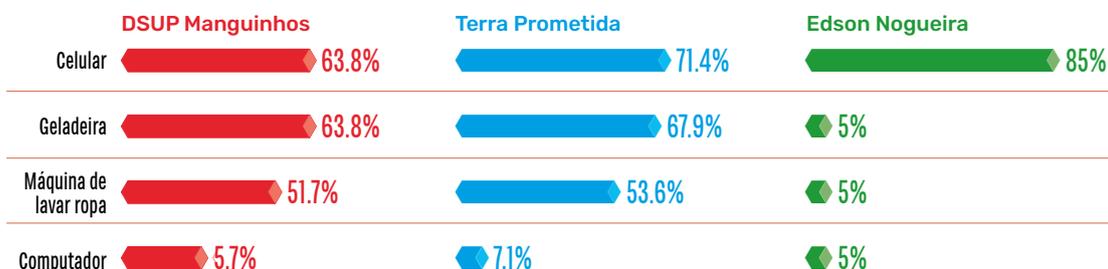


2 DSUP Manguinhos

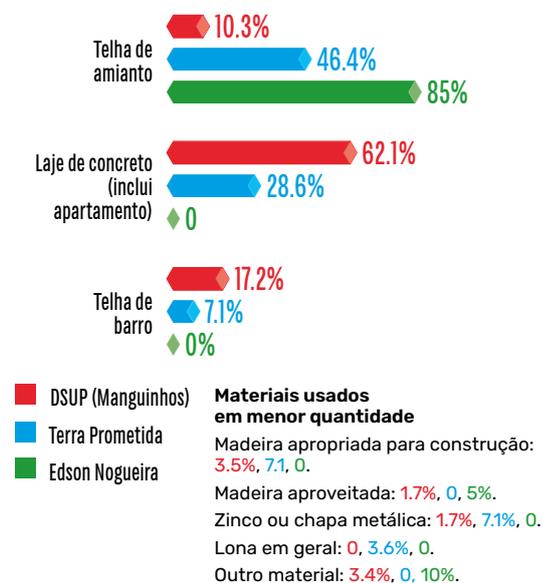
2 Terra Prometida

1 Edson Nogueira (Macaé)

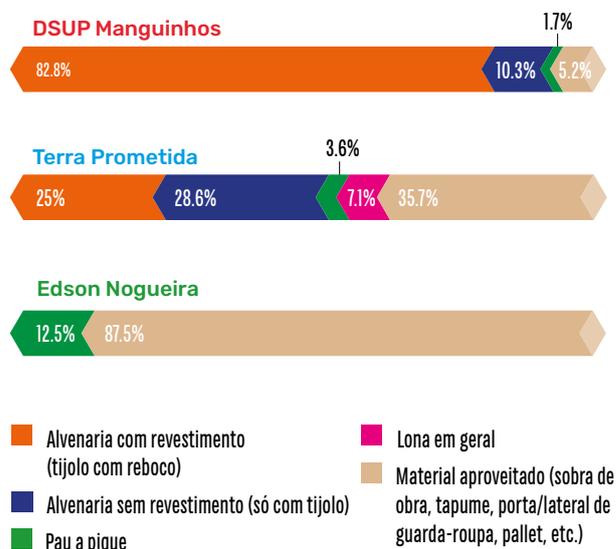
Acesso a bens



Qual o material que predomina na cobertura do telhado da moradia?



Qual o material que predomina na construção das paredes externas da sua moradia?



VULNERABILIDADES

Nos três territórios pesquisados, a violência, a saúde mental e a fome foram apontadas como as questões mais difíceis de serem abordadas. Essa avaliação foi feita pelas(os) pesquisadoras(es) populares quando retornaram do trabalho de campo, e a sua sensibilidade foi fundamental para acessarmos informações que o questionário não conseguiu revelar. As diferentes formas de violência e a saúde mental são temas delicados de serem tratados numa entrevista, seja porque a situação não permite que a(o) respondente seja franca(o) com a(o) entrevistador(a), seja porque a pessoa sente vergonha ou mesmo nem consegue perceber o peso da própria opressão. Essas questões estão em grande medida associadas às condições de vida do território e muitas vezes articuladas entre si.



(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR



Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil revelaram que a fome voltou a ser um problema nos dois últimos governos, por conta do desmonte das políticas públicas que promoviam a Segurança e a Soberania Alimentar no país. Esta situação piorou com a pandemia de COVID-19, e os mais vulneráveis foram os mais atingidos, inclusive nos três territórios onde realizamos a pesquisa.

DESAFIOS

O isolamento social impactou negativamente a renda das famílias, a maioria composta de trabalhadores informais. E com o fechamento das escolas, muitas crianças deixaram de fazer a única refeição do dia. A nossa pesquisa confirmou esses problemas.

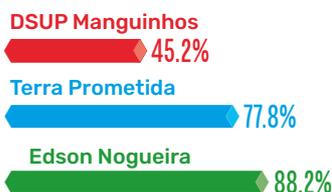
Desde a pandemia (março 2020), este território produziu alimento para o autoconsumo?



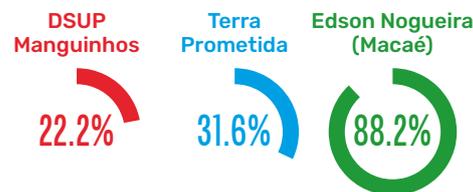
POTÊNCIAS

As campanhas de doação de alimentos, as cozinhas coletivas e a produção de alimentos para o autoconsumo foram estratégias fundamentais para garantir uma alimentação saudável e diversificada para as famílias dos territórios durante a pandemia.

Desde o início da pandemia (março 2020), este território realizou ação solidária com doação de alimentos?



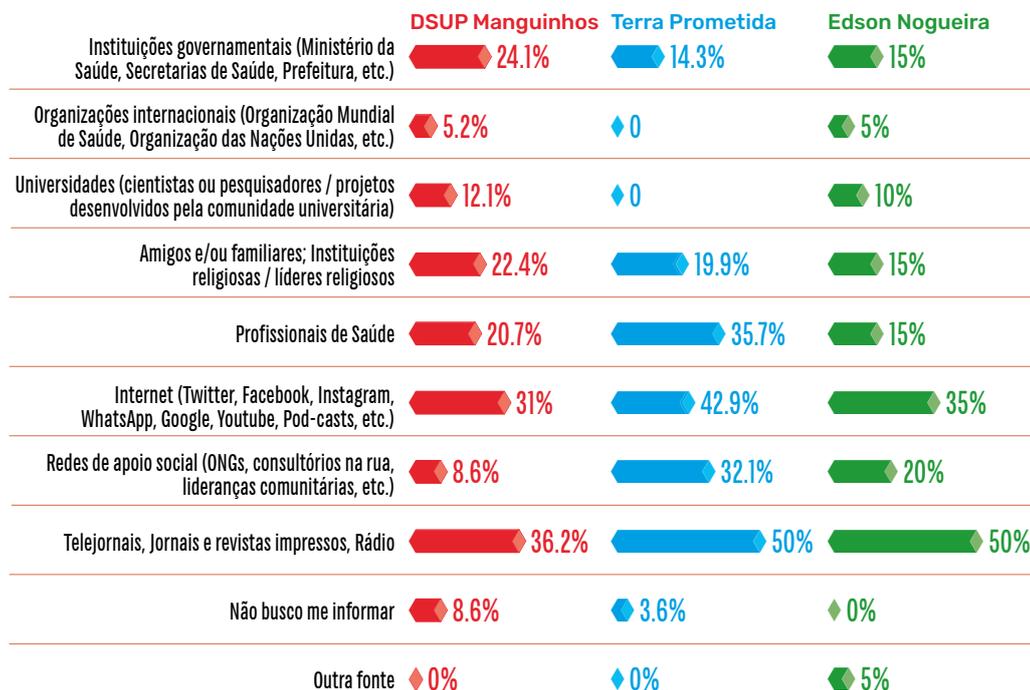
A sua família possui animais de criação (porco, galinha, peixe, outros)?



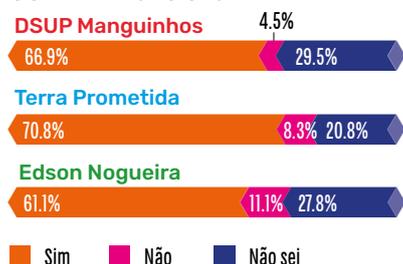
SAÚDE E COVID-19

As perguntas sobre COVID-19 foram direcionadas às pessoas entrevistadas e às suas famílias. Entre **as entrevistadas**, a maioria usou máscara, tomou a vacina, considera a vacinação importante e muitas acham que deveria ser obrigatória. Para se informar sobre a pandemia, essas pessoas confiaram mais na grande imprensa (telejornais, jornais e rádio), mas outras fontes também foram citadas, e a influência das redes sociais se revelou muito forte, inclusive no acampamento Edson Nogueira, onde o acesso à energia e à Internet é muito precário.

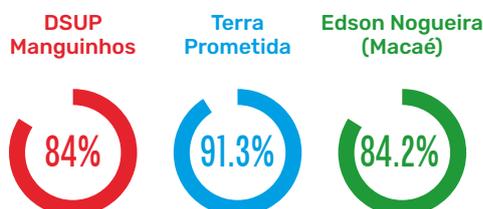
Quais são as fontes para obter informações sobre as vacinas contra a COVID-19?



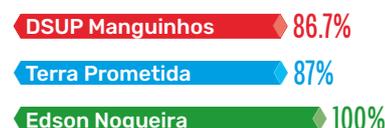
Você acha que a vacina contra a COVID-19 funciona?



Você tomou vacina contra a COVID-19?



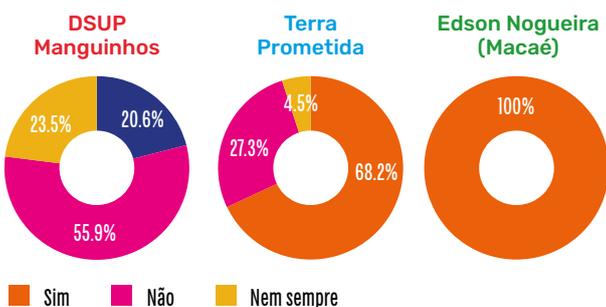
Você usa/usou máscara fora de casa?



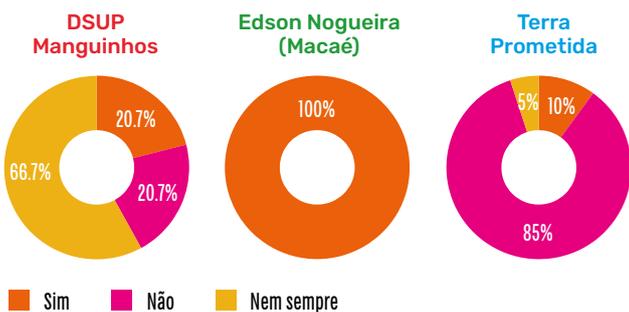
A SAÚDE DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA COVID-19

Manguinhos é o único dos três territórios que dispõe de uma unidade Básica de Saúde e uma UPA na própria localidade. Na Terra Prometida, a comunidade se organizou e com o apoio do CEM conquistou dois consultórios ampliados. No Acampamento Edson Nogueira, apenas 25% das famílias entrevistadas estão cadastradas na unidade básica de saúde. Quando a questão é o atendimento do SAMU, o quadro se inverte. O único território que a ambulância atende, quando solicitada, é o acampamento Edson Nogueira. Em Manguinhos e na Penha muitas vezes a ambulância não chega, por serem lugares com risco de violência armada ou dificuldade de acesso. Menos de 20% da população desses territórios têm plano de saúde particular (Na Terra Prometida, ninguém). Quando precisam de atendimento em Saúde, as pessoas recorrem ao SUS e ao conhecimento tradicional de gente da comunidade, em sua maioria mulheres.

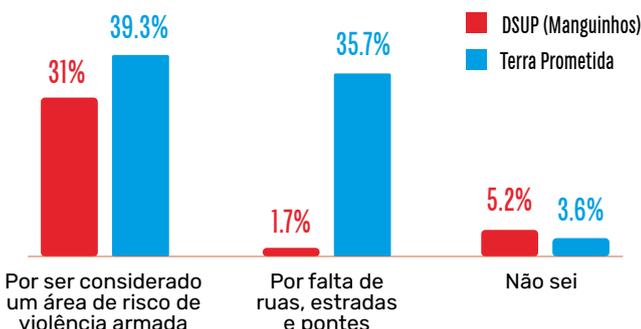
No seu domicílio alguém faz uso de plantas medicinais e garrafadas?



O SAMU, ambulância ou outro serviço de urgência móvel atende quando demandado



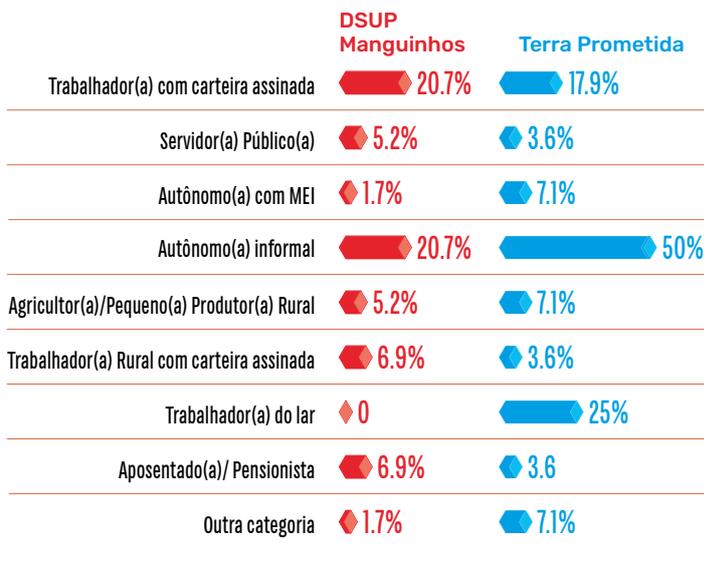
Porque o território não é atendido por um serviço de urgência móvel?



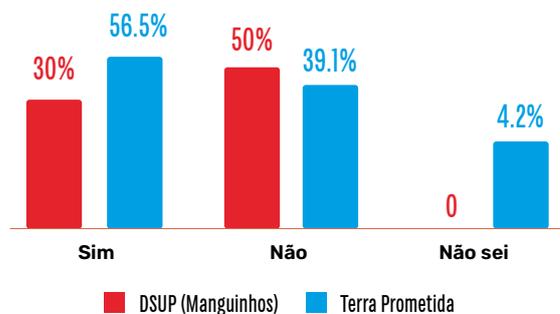
TRABALHO E RENDA

O eixo sobre Trabalho e Renda foi respondido apenas pelas(os) entrevistadas(os) da Penha e de Manguinhos. Nestes dois territórios, a maioria das(os) moradores(es) já era trabalhador(a) informal, desde antes da pandemia, e a maioria não recebeu o auxílio emergencial e nem recebe qualquer benefício social. Os gráficos registram a percepção dessas pessoas sobre a violação dos seus direitos durante a pandemia.

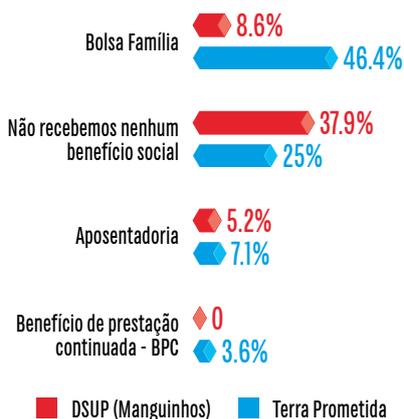
Os trabalhadores(as) do seu domicílio neste território são:



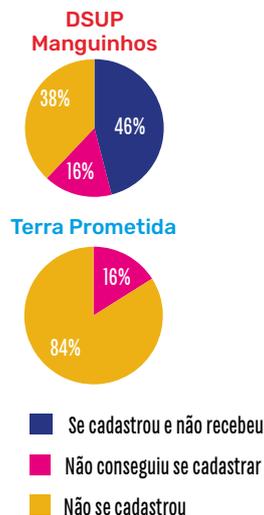
Alguns moradores do seu domicílio perderam o emprego ou não pôde trabalhar durante a pandemia?



Alguns moradores da sua residência neste território recebem algum benefício social



Quem não recebeu? Foi por quê?



[seção 2]

Nós por Nós

O curso de Agentes Populares de Saúde é uma ação da campanha popular *Periferia Viva*, já realizada em outros estados do Brasil. No Rio de Janeiro, o curso foi mobilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo Levante Popular da Juventude e pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), que já estavam envolvidos na campanha em outros estados, e pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Cau), representada pelo Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM).

Como estratégia, o curso e a pesquisa foram realizados de forma conjunta, nos mesmos territórios, sob a responsabilidade dos movimentos sociais que lá atuavam: a 'Praça do PAC', uma localidade urbana no complexo de Mangueiras, onde militam o Levante e o MTD; a Terra Prometida, uma comunidade rururbana no complexo da Penha, onde atua o CEM/Rede Cau, ambas na Cidade do Rio de Janeiro; e o acampamento Edson Nogueira, uma localidade rural no município de Macaé, onde está situado o Centro de Formação Marielle Franco do MST.

No Rio de Janeiro, assim como nos outros estados, a base foi o projeto pedagógico do primeiro curso, desenvolvido em Pernambuco ainda em 2020. Desde então, essa formação é apoiada na Pedagogia da Alternância,

que contempla momentos de Tempo Escola e de Tempo Comunidade, o que facilitou a sua realização em territórios em situação de vulnerabilização social e a integração da pesquisa ao curso.

No Estado do Rio de Janeiro, os cursos foram estruturados em cinco módulos definidos pela CPP:

Módulo 1: Quem somos nós e como entender a pandemia;

Módulo 2: Comunicação popular como ferramenta de luta e de ação política;

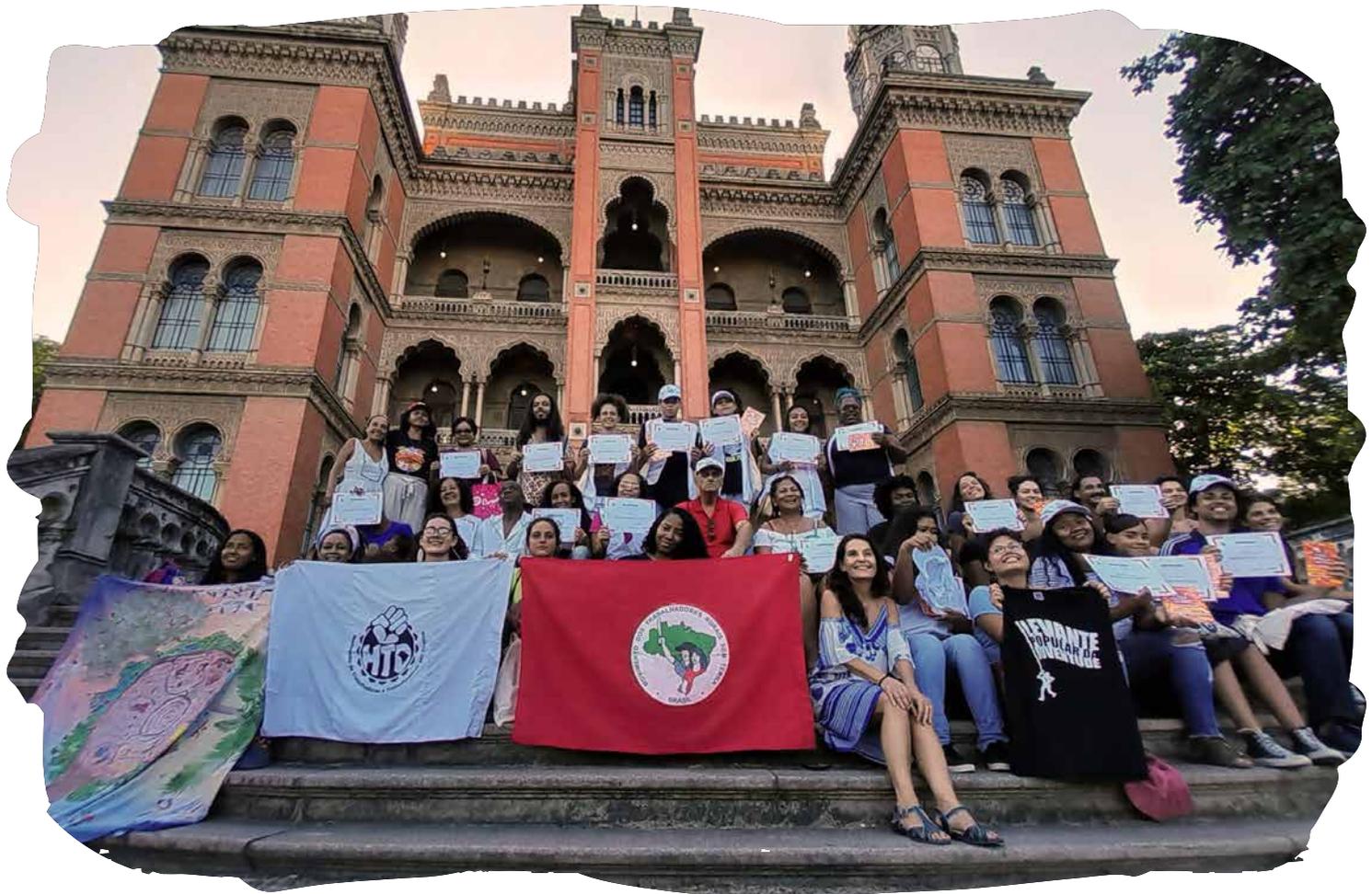
Módulo 3: Como cuidar da minha comunidade?

Módulos 4: Leitura do Território

Módulo 5: Direitos

Apesar da estrutura comum, o título e as questões trabalhadas em cada módulo variaram de acordo com o contexto particular de cada território, assim como as atividades de Tempo Comunidade também atenderam às distintas necessidades. O questionário foi integrado ao curso, trabalhado como material didático em sala de aula e aplicado em campo pelas(os) próprias(os) educandas(os).

Realizados durante uma das mais graves crises sanitárias da história mundial – a pandemia de Covid-19, que apenas no Brasil ceifou



as vidas de mais de 700 mil pessoas –, o curso de formação de Agentes Populares de Saúde enfrentou diversas dificuldades que desafiaram sua continuidade. Questões relacionadas ao recrudescimento da própria doença, com o aparecimento de novas variantes do vírus da Covid-19, ameaças de despejo e aumento da violência, inclusive de parte do próprio Estado, foram alguns dos entraves ao bom andamento da realização do curso, que, ainda assim, chegou ao final com êxito.

Ao todo foram formados 60 Agentes Populares de Saúde, sendo 28 do acampamento Edson Nogueira (Macaé), 15 da Terra Prometida (complexo da Penha) e 17 de Mangui-nhos. Estas mesmas pessoas atuaram como pesquisadoras(es) populares, aplicando o questionário em campo junto a famílias de suas respectivas comunidades.

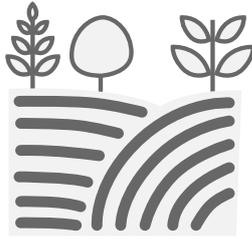
PRINCIPAIS DESAFIOS

Realizados durante a pandemia de Covid-19, o curso de formação de Agentes Populares

de Saúde enfrentou diversas dificuldades que desafiaram sua continuidade e seu êxito.

Em Macaé, o projeto seria realizado, inicialmente, no PDS Oswaldo de Oliveira, mas a dificuldade de acesso, somada à comunicação precária neste território, levou o MST a trocar o local para o acampamento Edson Nogueira, onde está sediada a Unidade Pedagógica de Agroecologia Marielle Franco. Além disso, em 2021, o PDS enfrentou mais uma de tantas ameaças de despejo, e, em 2022, foi acometido por um incêndio de grandes proporções.

No Rio de Janeiro, o aumento da violência verificada tanto na Penha quanto em Mangui-nhos, inclusive por parte do Estado, obrigou o adiamento de módulos do curso em ambos os territórios. Em 21 de julho de 2022, por exemplo, o episódio que ficou conhecido como chacina do Alemão vitimou de morte Letícia Salles, mãe de Jéssica Salles, uma aluna do curso de Agentes Populares de Saúde, moradora na Terra Prometida. Este evento levou o módulo Saúde a ser centrado no debate sobre a relação entre Saúde e Violência.



Acampamento Edson Nogueira

Macaé-RJ

[MST]

O Curso de Agentes Populares de Saúde aconteceu na região de Macaé em áreas de reforma agrária organizadas pelo MST, abrangendo o Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira, o acampamento Edson Nogueira, a comunidade do entorno, além de parceiros.

A formação foi amplamente discutida nas instâncias organizativas da entidade (Direção Estadual, Direção Regional Macaé), possibilitando assim a organização, a mobilização da turma e o bom fluxo de informações. No território de Macaé, o Curso de Agentes Populares de Saúde foi somado ao Curso Básico de Agroecologia, uma iniciativa da Unidade Pedagógica Marielle Franco (UPMF), localizada no Acampamento Edson Nogueira. A Coordenação Política e Pedagógica (CPP) da Unidade participava das reuniões da Coordenação Geral do projeto. O território dispôs ainda do apoio de um bolsista, que acompanhava as atividades regionais na CPP da Unidade, além de acompanhar as(os) educandas(os), as reuniões e os grupos de trabalho que foram instituídos para execução do projeto.

Em sua estrutura orgânica, o MST conta com o Setor de Saúde nas áreas de acampamento/assentamento. Uma de suas atribuições

é fortalecer o acesso a saúde no campo, por meio dos Espaços de Cuidado, nos quais há pessoas de referência com conhecimentos ancestrais com plantas medicinais e outras Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Durante a pandemia provocada pela Covid-19, foi por meio destes Espaços e das pessoas de referência que muitas informações foram descentralizadas e auxiliaram na prevenção à doença.

O Setor de Saúde do MST acompanhou de perto a execução do Curso/Pesquisa para a formação de Agentes Populares de Saúde na região de Macaé. Além das pessoas que já atuam no setor, foram mobilizadas outras que desejavam adquirir ou ampliar os conhecimentos sobre Saúde Popular e Práticas Integrativas, bem como fortalecer os espaços de cuidado a partir de suas contribuições.

Houve ainda parcerias importantes para a concepção e a concretização do curso na região. Há mais de uma década, a UFF-Rio das Ostras vem desenvolvendo um trabalho junto aos territórios do MST envolvidos no curso, via projetos de extensão popular e pesquisa-ação participativa em saúde, inclusive durante o período da pandemia de Covid-19. A partir dessas experiências foi possível orientar etapas teórico-metodológi-

cas importantes do Curso de Agentes Populares de Saúde, pautar o trabalho em pedagogias freirianas já experimentadas no território e articuladas à experiência que emerge desse encontro universidade-movimento social.

Além de docentes dos Cursos de Enfermagem e Serviço Social da UFF-Rio das Ostras, outros colaboradores também se integraram: um Coletivo de Estudantes de Psicologia da UFF-Rio das Ostras e ainda uma docente e estudantes do Curso de Direito da UFF-Macaé.

O CURSO

Ao todo, 55 pessoas se inscreveram para participar do Curso de Agentes Populares de Saúde em Macaé, 40 delas, mulheres. A formação aconteceu no período de junho a outubro de 2022, estruturada em cinco módulos. Ela foi precedida pela realização de

duas Oficinas de Pesquisa Popular do projeto O Povo Cuidando do Povo, ocorridas nos dias 12 e 26 de março de 2022.

Durante as oficinas foi apresentada a metodologia do curso/pesquisa de formação de Agentes Populares de Saúde, assim como os módulos e questionários de referência para cada momento. E todas(os) puderam refletir sobre a aplicabilidade deste instrumento na realidade rural e de reforma agrária, interagindo e propondo mudanças e/ou a inserção de novas perguntas.

A execução do curso foi apoiada na metodologia Pedagogia da Alternância, organizada em Tempos Educativos, com aulas presenciais no Tempo Escola, e execução de atividades, como a entrevista e o acompanhamento das famílias, no Tempo Comunidade.

Os módulos 1, 2 e 3 aconteceram em finais de semana na Unidade Pedagógica Marielle



Franco (UPMF). No sábado eram realizadas as aulas teóricas/práticas, e domingo era destinado ao estudo dos questionários, com momento de leitura e dúvidas. Alguns grupos de educandas(os)/pesquisadoras(es) utilizavam parte do dia para visitar as famílias, realizando parte das entrevistas.

A realidade do território também foi remodelando o planejado inicial, como aconteceu com o Módulo 3, que foi realizado em duas fases, pois com as visitas as(os) pesquisadoras(es) identificaram a necessidade de fazer um espaço de formação sobre zoonoses.

Os módulos 4 e 5 foram realizados em um mesmo dia na UFF-Rio das Ostras em virtude de dificuldades de realizá-los na UPMF, além da necessidade de encerramento do curso.

Em sala de aula, com apoio pedagógico de Educadoras(es)/Pesquisadoras(es) Populares, a dinâmica ia de acordo com cada tema, sempre buscando uma linguagem acessível e que possibilitasse a ampla participação dos presentes. Em todas as aulas/oficinas foi realizada mística que por vezes trazia poesia, músicas, arte e as ricas trocas de saberes por meio das mudas e plantas medicinais levadas pelas(os) educandas(os).

Com a turma organizada e em andamento, os estudos dos questionários eram realizados em sala de aula, visando dirimir dúvidas, abordar questões éticas e tratar dos diversos olhares e postura ao adentrar nas casas das famílias. As(os) educandas(os)/pesquisadoras(es) populares foram organizadas(os) em duplas/trios, e orientadas(os) a realizar a pesquisa a partir da organicidade do acampamento, que é em núcleos de famílias. As famílias a serem entrevistadas foram organizadas em grupos, e cada uma delas seria acompanhada, respondendo assim aos questionários correspondentes ao módulo vigente.

A partir das visitas, algumas questões foram observadas, o que levou a turma a realizar atividades extras, visando ampliar o cuidado

com a saúde dos moradores e dos animais domésticos do acampamento, tal como organizar a atividade específica sobre zoonoses, cuja necessidade foi identificada pelas(os) pesquisadoras(es) populares.

“Essa é uma terra do município, onde ia ser criado um abatedouro. Foi aqui que muita gente que perdeu sua casa encontrou um espaço para montar um barraco, encontrou um prato de comida na cozinha coletiva, recebeu alimento...Então a função desse território não pode ser simplesmente gerar sangue de animais que são abatidos. Ele tem que gerar vida, conhecimento, alimento.”

[Eró Silva – Direção do MST/RJ]

Além das atividades presenciais, foi instituído um grupo de WhatsApp para compartilhar informações, tais como agendas de visitas, trocas de saberes, materiais e sugestões para os educadores dos módulos. No grupo havia muita troca de saberes.

Os módulos do curso foram assim organizados:

Módulo 1: Quem somos nós e como entender a pandemia – 25/06/2022 | Facilitação: Hayda Alves (UFF/RO)

Módulo 2: Comunicação popular como ferramenta de luta e de ação política – 09/7/2022 | Facilitação: Hayda Alves e Cátia Marro (UFF/RO)

Módulo 3: Como cuidar da minha comunidade? – 2 momentos – 23/07/2022 e 6/08/2022 | Facilitação: Livea Bilhero (MST) e Alexander Grem (estudante UFF/RO)

Módulos 4 e 5: Leitura do Território e Direitos (realizados no mesmo dia) –21/10/2022| Facilitação: Cátia Marro e Hayda Alvez (UFF/RO); Vanessa, Schutz (UFRJ/ Macaé); e Estudantes de Direto (UFRJ/Macaé)



A certificação como curso de Extensão foi dada pelo Instituto de Medicina Social da Uerj, em conjunto com a ENSP Fiocruz, coordenadora do projeto de pesquisa. Foram 28 as(os) as(os) alunas(os) certificadas(os) no total em Macaé.

LEGADO DA EXPERIÊNCIA

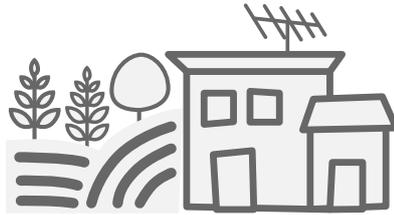
O curso de Agente Popular de Saúde e a pesquisa ajudaram a ampliar e fortalecer parcerias com instituições de ensino, com pesquisadoras(es) e pessoas do entorno da comunidade. E contribuíram também com o

fortalecimento e a organização do coletivo de saúde no acampamento.

O Espaço de Cuidado foi sendo desenhado com as pessoas de referência do Acampamento/Assentamento. Algumas atividades foram realizadas no espaço, tais como plantio de horta medicinal e introdução de mudas de árvores frutíferas, com potencial para uso medicinal. Por fim, estão sendo realizadas agendas periódicas que impulsionam o pensar na saúde coletiva, no cuidado com o ambiente, discutindo alimentação e o autocuidado, essenciais para a permanência nos espaços de luta cotidiano.

“As atividades que integrei se pautaram na pluralidade da produção de conhecimento, na valorização do saber popular e me possibilitaram uma genuína troca de aprendizados. Pude contribuir com as experiências da advocacia trabalhista, auxiliar em dúvidas sobre direito previdenciário, mas jamais esquecerei aquele dia 12 de março. Lançada na oficina a primeira pergunta disparadora sobre

representação de saúde no território, a primeira resposta categórica (e para mim inesperada) foi “Silêncio”. A sabedoria daquela resposta me possibilitou ressignificar a concepção pessoal que tinha sobre saúde e quais cuidados e/ou recursos lhe dedicava. Atualmente, habito um espaço de mata silenciosa e nunca estive tão saudável.”
[Veronica de Araujo Triani - Faculdade Nacional de Direito/UFRJ]



Terra Prometida - CPX Penha

Rio de Janeiro - RJ

[CEM/ Rede Cau]

No Complexo da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro, o curso de Agentes Populares de Saúde foi mobilizado pelo Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), integrante da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Cau), na ocupação rururbana Terra Prometida. Dentre as pessoas participantes do curso, 18 no total, 14 eram do próprio Complexo da Penha, uma era moradora do Complexo do Alemão e as outras duas, moradoras do Morro do Jumentinho (São Vicente) e de Campo Grande, na Zona Oeste.

Muitas redes foram tecidas para que o território pudesse realizar a formação. Além do financiamento via edital Inova/Fiocruz e da coordenação, ela contou com apoio da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), do Núcleo Ecologias e Epistemologias para a Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPES) e da VideoSaúde, ambos da Fiocruz, da Casa de Apoio, do Espaço Mulheres em Ação, da organização Verdejar Socioambiental, da Clínica da Família Ana Maria, da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, da empresa de turismo suburbano Guiadas Urbanas, da Rede de Favelas Sustentáveis e da Casa Fluminense.

Também foi constituída uma Coordenação Político-Pedagógica (CPP) local, com partici-

pação da bolsista territorial Daniela Joyce da Silva, Equipe do CEM (Ana Paula Santos, Leoldes Xavier e Marcelo Silva), e representantes da Rede CAU, responsáveis por articular o território, conduzir a execução do curso/pesquisa, em diálogo com a coordenação do projeto pela Fiocruz, e com a CPP Geral, da qual fazem parte os demais territórios.

O curso de Agentes Populares de Saúde foi desenvolvido de forma articulada ao projeto de pesquisa O Povo cuidando do povo, que objetivou investigar os desafios e potencialidades deste território no enfrentamento da Covid-19. O estudo teve o apoio de um questionário, desenvolvido de forma colaborativa e dialógica por pesquisadoras(es) profissionais, representantes dos territórios e dos movimentos sociais envolvidas(os) no projeto. Além de servir para o levantamento de dados territoriais, este instrumento de pesquisa foi apropriado como material pedagógico do curso de Agentes Populares de Saúde.

As(os) Educandas(os)/ Pesquisadoras(es) Populares passaram por treinamento para a realização das entrevistas com o apoio do RedCap, uma plataforma para coleta, gerenciamento e disseminação de dados de pesquisas, que oferece suporte à captura de dados online e offline e pode ser instalada em celulares e tablets, como no caso da Terra Prome-

“Se tivesse saneamento já era muito bom. A gente ter que pisar na água do esgoto do vizinho é ruim. Mas a não ser isso, eu gosto de morar aqui. Também tem vantagens porque tem passarinho que canta de manhã cedo, tem cavalo, galinha, tem os quintais. A gente poder plantar, colher, ter a nossa própria horta e aquilo ir direto para a panela, eu acho que isso é o mais saudável.”

[Maria do Carmo – moradora]

tida. Além disso, passaram por um processo formativo que incluiu uma oficina de Pesquisa Popular em Saúde e orientações básicas sobre como realizar uma pesquisa de campo junto a famílias da comunidade. Também foram orientadas(os) sobre a importância de estarem sempre identificadas(os) com o colete, a bolsa e o boné do curso/pesquisa, durante a visita a essas famílias.

A Oficina de Pesquisa Popular foi realizada no CEM, em conjunto com Manguinhos. Uma das atividades foi a revisão do questionário que seria aplicado em campo, de modo a tornar sua linguagem mais clara e mais próxima da linguagem da comunidade, facilitando assim o entendimento das pessoas entrevistadas. Essa oficina foi mediada pela coordenadora geral do projeto, Carolina Niemeyer, por Lucília Aguiar (MTD) e Ana Santos (CEM). No início da atividade foi realizada uma mística a cargo de militantes do Levante Popular da Juventude.

Além da Oficina de Pesquisa Popular em Saúde, foram promovidos três encontros das(os) educandas(os) com a coordenadora do projeto durante a realização dos módulos

do curso de Agentes Populares, voltados a debater o conteúdo do questionário, e dirimir dúvidas sobre as perguntas e a aplicação da pesquisa em campo com as famílias da comunidade.

A busca ativa de famílias a serem entrevistadas se deu em diferentes espaços da favela, como, bares e igrejas, mas principalmente nos espaços e atividades promovidos pelo CEM, como a distribuição de alimentos na escada da rua Aimoré, a Escola Popular Agroecológica e a Casa de Apoio. Todas as(os) educandas(os), assim como as famílias entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), específico para cada caso.

O CURSO

O curso de formação de Agentes Populares de Saúde na Terra Prometida foi realizado entre os meses de julho a setembro de 2022, apoiado na Pedagogia da Alternância, metodologia que integra o processo educativo à realidade da comunidade e facilita que todas(os) tenham condições de concluir a formação. Ela se divide em dois momentos: Tempo Escola e Tempo Comunidade.

As entrevistas foram realizadas durante o Tempo Comunidade, envolvendo a troca de experiências e a definição conjunta de estratégias entre a bolsista territorial, as(os) educandas(os), as(os) parceiras(os), e a coordenadora geral do projeto. Nestes encontros foram discutidas as possibilidades de realização das entrevistas, considerando a dinâmica local do território e a segurança tanto das(os) entrevistadoras(es) como das famílias, assim como a importância deste levantamento de dados territoriais para apoiar

“Sobre o balcão de direitos, as perguntas que foram feitas levam a gente a perceber como o Estado juiz, advogado, o Estado Poder Judiciário, o Estado Justiça está afastado desses espaços, desses territórios. Perguntas simples, demandas simples, mas que

estavam há tempos esperando por alguma resposta exatamente por conta desse afastamento do Estado em relação aos territórios.”

[Juliana Benício - Faculdade Nacional de Direito/UFRJ]



o termo territorial coletivo da Terra Prometida, em processo de construção. A proposta é que os dados coletados também possam subsidiar as lutas por acessos a políticas públicas, tais como, saneamento, luz, água, entre outros.

A divulgação do Curso de Agentes Populares de Saúde foi feita durante duas semanas e ocorreu por meio da comunicação direta com a vizinhança, da divulgação de cartazes virtuais nas redes sociais e em grupos de WhatsApp e através das diversas atividades realizadas pelo CEM, como o encontro de quintais e os encontros do coletivo de mulheres. As inscrições podiam ser via WhastApp, diretamente na Casa de Apoio e no Espaço Mulheres em Ação.

Foram cinco os módulos do curso, distribuídos entre os temas de apresentação, comunicação, saúde, direitos e território.

Módulo 1: Quem somos nós e como entender a pandemia - 16/07/2022 | Facilitação: Daniela Joyce da Silva

- Roda de conversa com Dr. Milton Santos (Clínica da Família Ana Maria Conceição dos Santos Correia);

- Apresentação da pesquisa - Carolina Niemeyer (ENSP/Fiocruz);

- Dinâmica - Paolo Massoni (Rede Cau)

Módulo 2: Comunicação popular como ferramenta de luta e de ação política - 30/07/2022

- Oficina com o comunicador popular Mathheus Magalhães
- Participação da bolsista do NEEPS e integrante do CEM, a assistente social Evelin Dias

Módulo 3: Como cuidar da minha comunidade (Saúde), realizado em dois momentos:

- Tempo Escola - 20/08/2022 - Debate sobre Saúde e Violência com Dejanya Ferreira dos Santos (Cooperação Social da Presidência da Fiocruz) e Dr. Milton Santos (CF Ana Maria Conceição dos Santos Correia)
- Tempo Comunidade - 25/08/2022 - 'Imersão Cesta Cuidar-se', com mulheres integrantes do Verdejar Socioambiental e da Rede CAU



Módulo 4: Direitos, também realizado em dois momentos:

- Tempo Escola - 06/08/2022 - Debate sobre Direitos e Mapeamento dos Direitos do Território, com Renata Versiani (Escola Nacional de Direito/UFRJ e LabTrab/UFRJ)
- Tempo Comunidade - 24/09/2022 - Balção de Direitos, organizado pelas pesquisadoras Renata Versiani e Juliana Benicio (Escola Nacional de Direito/UFRJ e LabTrab/UFRJ)

Módulo 5: Leitura do território - 24/09/2022

- Um tour de reconhecimento do território, realizado em parceria com o Guiadas Urbanas. Durante todo o caminho, foram abordados aspectos sociais, culturais e ambientais do território hoje e ontem, destacando elementos que fazem parte do cotidiano dos seus habitantes.

A certificação dos Agentes Populares de Saúde da Terra Prometida foi realizada em

parceria com o IMS/Uerj, e alguns critérios foram levados em consideração, como a exigência de 75% de frequência. Das(os) 18 inscritas(os), 15 concluíram o curso.

LEGADO DA EXPERIÊNCIA

Os encontros foram itinerantes, de maneira a promover a circularidade e trocas interterritoriais das experiências. O curso também contou com integrantes do CEM envolvidos em outros projetos, de maneira a potencializar as ações já realizadas, como o consultório avançado na comunidade e as ações de agroecologia. A pesquisa teve uma contribuição mais ampla, ao levantar dados que evidenciam a existência de um território ainda invisível nos mapas da cidade.

Por fim, estão sendo realizadas agendas periódicas que impulsionam o pensar na saúde coletiva, no cuidado com o ambiente, discutindo alimentação e o autocuidado, essenciais para a permanência nos espaços de luta cotidiano.



Praça do PAC, Manguinhos **Rio de Janeiro - RJ** **[Levante e MTD]**

O curso de Agentes Populares de Saúde foi construído em Manguinhos, Zona Norte do Rio, através da organização de uma Coordenação Político-Pedagógica (CPP) local responsável pela formulação e execução do curso em articulação com a CPP geral do projeto *O Povo Cuidando do Povo*.

A CPP local foi composta inicialmente por militantes dos movimentos sociais Levante Popular da Juventude e Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Mais tarde, durante a fase de execução do curso, o Movimento Brasil Popular (MBP) também passou a fazer parte dessa coordenação.

Durante a campanha *Nós por Nós*, que integra a campanha nacional *Periferia Viva*, as organizações já tinham trabalhado em conjunto em Manguinhos, promovendo a solidariedade ativa no período inicial da pandemia de Covid-19. A ideia era executar ações que ajudassem a atenuar a vulnerabilidade dos territórios, em especial a fome, mas que também impulsionassem a organização popular e a percepção e resolução coletiva das questões locais.

Foi com esse duplo objetivo que se concebeu a construção do curso de Agentes Populares

de Saúde em Manguinhos, juntamente com outras ações como distribuição de cestas básicas, quentinhas e feiras populares.

A inserção no território se deu principalmente através de militantes do Levante Popular da Juventude, alguns deles moradores de Manguinhos e com atuação no território desde de 2016, e através de uma militante do MTD que atua como docente em uma escola do bairro.

O CURSO

Realizado entre julho e setembro de 2022, o curso de Agentes Populares de Saúde teve lugar na Biblioteca Parque de Manguinhos, localizada na chamada Praça do PAC, que reúne, além da biblioteca, uma escola estadual e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A divulgação presencial foi feita principalmente na escola e nas casas situadas em torno da praça. Aliada à divulgação presencial, foi efetuada também uma divulgação virtual, através das redes sociais dos movimentos e grupos de moradores do bairro.

Um total de 64 pessoas se inscreveram no curso, dentre moradoras(es) de Manguinhos e também de outros bairros. Depois de uma

“Este é um território atravessado de contradições. Você tem uma população imensa, e apesar de você ter alguns serviços, como saúde, educação, e esta praça, que foi a primeira obra do PAC aqui no Rio de Janeiro, os equipamentos vieram, mas aos poucos as políticas foram sendo destituídas. Então hoje a gente tem os prédios, mas a gente não tem a garantia do direito.”

[Lucília Aguiar – Militante do MTD]

pré-seleção, 27 delas seguiram com o curso, que foi organizado em cinco módulos, cada um com dois turnos, iniciando às 9h e terminando às 17h.

Os módulos foram assim divididos:

Módulo 1 – O que faz um Agente Popular de Saúde? – 09/07/2022 | Facilitação: Dra. Flávia Ellen (Clínica da Família Victor Valla/Manguinhos)

Módulo 2 – Saúde Mental e Comunicação Popular – 30/07/2022 | Facilitação: Sarah Fonseca da Silva (psicóloga/SUS) e Alcirneu Augusto Ouverney Junior (comunicador popular/Levante Popular da Juventude)

Módulo 3 – Conhecendo o SUS – 27/08/2022 | Facilitação: Dr. Marco Tulio Caria Guimarães

Pereira (Rede de Médicos Populares) e Fábio Falcão Monteiro (Agente Comunitário de Saúde)

Módulo 4 – Direitos e Movimentos Sociais – 10/09/2022 | Facilitação: Bruna Ramalho Marques (MST), Débora Sá Ribeiro de Azevedo (MTD), Ingridy Maura Moura da Silva (LPJ), Carolina Maria Carneiro Dias (Movimento Brasil Popular) e Suelen da Silva Sousa (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Módulo 5 – Territórios e possibilidades de atuação – 24/09/2022 | Facilitação: Carolina Maria Carneiro Dias (MBP)

A pesquisa se integrou ao curso desde sua concepção, como parte de seus princípios pedagógicos, de forma que os educandos são percebidos como agentes formuladores de conhecimento e atuantes nos territórios. Tal concepção se materializa na metodologia do curso, organizado nos momentos pedagógicos do “tempo escola” e “tempo comunidade”, onde teoria e prática se articulam de forma indissociável, seja nos encontros coletivos da turma, seja na atuação de cada agente popular.

Dessa forma, a pesquisa estava integrada ao conteúdo programático do curso, de modo que os eixos do instrumento de pesquisa e os módulos do curso foram pensados em articulação. Nos momentos coletivos de





formação, os conteúdos eram trabalhados de forma dialógica com as práticas e saberes dos educandos, bem como alimentados pelas informações coletados durante sua atuação no tempo comunidade, através do caderno de campo e da aplicação do questionário de pesquisa.

As(os) Educandas(os) também atuaram como Pesquisadoras(es) Populares. Receberam treinamento para a realização das entrevistas com o apoio da plataforma de coleta e gerenciamento de dados RedCap, e participaram também de uma Oficina de Pesquisa Popular, em conjunto com a Terra Prometida. Nela, foram orientadas(os) sobre como realizar uma pesquisa de campo junto a famílias da comunidade, e também sobre a importância de estarem sempre identificadas(os) com o colete, a bolsa e o boné do curso/pesquisa, durante a visita a essas famílias.

O aumento da violência armada no território e a contaminação de parte da equipe por COVID-19 foram os principais desafios à realização do projeto em Manguinhos. Apesar disso, 17 educandas(os) se formaram no curso, tendo todas(os) atuado como pesquisadoras(es) populares.

Na percepção da turma, o questionário propiciou um conhecimento maior acerca do território, permitindo um “estranhamento” daquilo que muitas vezes era visto, mas não refletido

no cotidiano. Por outro lado, as(os) educandas(os) também salientaram a extensão do questionário como um ponto negativo, tornando exaustivo o processo de aplicação e levando muitas vezes as(os) entrevistadas(os) a desistirem no meio do processo. Nesse sentido, pelo tempo tomado pela aplicação do questionário ser longo, muitas vezes o acompanhamento das famílias como agente popular de saúde ficava prejudicado, uma vez que o tempo das visitas era “tomado” pela aplicação do questionário.

LEGADO DA EXPERIÊNCIA

O curso e a pesquisa de Agentes Populares de Saúde possibilitaram o fortalecimento da atuação dos movimentos sociais no território, a promoção dos cuidados coletivos em saúde, a defesa do SUS, bem como a produção de dados sobre o território através do instrumento de pesquisa.

Consolidou-se na turma um grupo disposto à execução de outros projetos de organização popular, dentre eles a construção de um Centro de Educação Popular, iniciado com um curso de alfabetização de adultos em andamento, e iniciativas de geração de Trabalho e Renda, começando pela construção de uma cozinha popular. Ambas as iniciativas vêm sendo desenvolvidas pelo grupo que se formou a partir da turma e que atuará inicialmente no território de Manguinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 desencadeou inúmeras pesquisas sobre seus impactos na sociedade brasileira. No entanto, pouca atenção foi dada às populações periféricas, com foco na determinação socioambiental da saúde. Neste cenário, desenvolvemos este projeto de pesquisa-ação, que se propôs a identificar desafios e potencialidades de três territórios em situação de vulnerabilização socioambiental do Estado do Rio de Janeiro no enfrentamento da pandemia por Covid-19 e de suas consequências.

O Povo Cuidando do Povo foi um estudo qualitativo que conjugou pesquisa, formação, extensão e estratégias de pesquisa quantitativa, tendo em vista uma produção coletiva de conhecimentos em diálogo com quem vive, trabalha e realiza trabalho de base nos territórios pesquisados.

Desde a sua gênese, o projeto foi construído em diálogo e parceria com os movimentos sociais parceiros: o MST, o MTD, o Levante Popular da Juventude, o CEM e a Rede Cau. Por proposta dessas organizações, a investigação foi articulada a uma formação de Agentes Populares de Saúde, realizada nos mesmos lugares pesquisados. São eles: o acampamento Edson Nogueira, na zona rural de Macaé, onde funciona a Unidade Pedagógica Marielle Franco do MST; a 'Praça do PAC', uma comunidade da favela de Manguinhos, onde o MTD e o Levante Popular da Juventude já desenvolviam trabalho de base; e a Terra Prometida, um território rururbano situado no complexo da Penha, onde o CEM/ Rede Cau promove ações de Segurança e Soberania Alimentar e agroecologia.

Na intenção de levantar dados socioterritoriais sobre esses lugares, criamos um questionário estruturado, desenvolvido e validado com a participação de todos os segmentos envolvidos. Este inquérito teve dupla finalidade: foi utilizado como material didático em uma formação de Agentes Populares de Saúde oferecida à população, em conjunto com os movimentos sociais parceiros no projeto, e como instrumento de pesquisa para o levantamento de dados socioterritoriais, aplicado nas comunidades pelas(os) próprias(os) educandas(os) do curso.

Com este processo político e pedagógico, pretendemos contribuir para potencializar os sujeitos dos territórios para o melhor enfrentamento da Covid-19 e de suas consequências de médio e longo prazo. Embora tenhamos aplicado um inquérito, a maior contribuição deste estudo não são os dados levantados, mas o potencial dessa experiência para ampliar a conscientização das pessoas envolvidas no processo, sobre o contexto socioambiental dos seus territórios, e os desafios potencializados ou inaugurados pela pandemia por Covid-19.

A expectativa, tanto das(os) pesquisadoras(es) como dos movimentos sociais, era de que este projeto não fosse um fim em si mesmo, mas fomentasse nas(os) suas(seus) beneficiárias(os), a capacidade de esperar, como proposto por Paulo Freire, contribuindo para que identificassem e tivessem condições de realizar os seus respectivos 'inéditos viáveis'.

Neste sentido, buscamos fortalecer processos já em andamento, como o Espaço de Saúde do MST no acampamento Edson Nogueira, e os projetos de agricultura urbana de viés agroecológico conduzidos pelo CEM na Terra Prometida. E contribuir para fomentar novas ações, como a formação de alfabetizadores, construída pelo MTD, pelo Levante e pelo MBP em Manguinhos, e o *Balcão de Direitos*, organizado como uma atividade do grupo de extensão *Trabalho, Diálogo e Ação* (DiaTrab), da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, na Terra Prometida.

Fiel à proposta de construir conhecimento *com* e não *para* as pessoas envolvidas, uma das nossas maiores preocupações foi a de dar uma devolutiva para os territórios. Um destes produtos é um minidocumentário (<https://youtu.be/7fuDODZH5Ug>), produzido e distribuído pela VideoSaúde, parceira do projeto. Outro é um conjunto de painéis com uma sistematização dos dados da pesquisa, doado a cada um dos territórios. Ainda fizemos uma publicação destinada às(aos) educandas(os) que concluíram o curso de Agentes. Além da atual publicação com a sistematização da experiência.

LINHA DO TEMPO

Ano 2

Curso de Agentes Populares de Saúde

Apoiado na Pedagogia da Alternância, que contempla momentos de Tempo Escola, com aulas presenciais, e de Tempo Comunidade, com a execução de atividades em campo, o curso foi organizado em cinco módulos:

Módulo 1: Quem somos nós e como entender a pandemia?

Módulo 2: Comunicação popular como ferramenta de luta e de ação política

Módulo 3: Como cuidar da minha comunidade?

Módulo 4: Leitura do Território

Módulo 5: Direitos

21/03/22

Treinamento no uso de RedCap, na ENSP, para as(os) bolsistas territoriais aprenderem a usar o programa offline

RedCap

É um aplicativo que permite a coleta, o gerenciamento e a disseminação de dados de pesquisas.



16/07/2022
Módulo 1

16/07/2022

A "Chacina do Alemão" que vitimou de morte Leticia Salles, mãe de Jéssica Salles, uma aluna do curso de Agentes Populares de Saúde, moradora na Terra Prometida. Este evento motivou que o módulo Saúde fosse centrado no debate sobre a relação entre Saúde e Violência



20/08/2022

Módulo 3
Debate sobre Saúde e

18/03/23

Apresentação do vídeo sobre o processo de pesquisa / curso

Vídeo O Povo Cuidando do Povo
Aponte o celular para o QR Code para assistir ao vídeo sobre o projeto.



COMO ESTE PROJETO POTENCIALIZOU OS TERRITÓRIOS

- A geração de dados socioterritoriais sobre os três territórios
- A formação de 60 Agentes Populares de Saúde, considerando os três territórios.
- A realização do Balcão de Direitos na Terra Prometida
- A organização de um curso de Alfabetização de adultos em Manguinhos.
- A proposta de construção de uma cozinha coletiva em Manguinhos.

PRINCIPAIS DESAFIOS DO SEGUNDO ANO

A COVID-19

A contaminação de pessoas da equipe levou ao adiamento do início do curso nos três territórios

Violência e Violação de Direitos

O aumento da violência na Penha e em Manguinhos, inclusive por parte do Estado, obrigou o adiamento de módulos do curso nestes dois territórios.

Mudança de território em Macaé

Ao longo de 2022, a comunicação com o PDS foi muito difícil, pois o território fica numa zona rural de difícil acesso tanto físico quanto por internet.

08/2022

Em agosto de 2022, o PDS foi vítima de um incêndio de grandes proporções levando o MST a trocar o território da pesquisa/curso para o acampamento Edson Nogueira, localizado às margens da estrada Rio do Ouro, onde está sediada a Unidade Pedagógica de Agroecologia Marielle Franco.

28/03/2022
Curso de Agentes Populares de Saúde no acampamento Edson Nogueira (Macaé)

25/06/2022
Módulo 1

09/07/2022
Módulo 2

27/07/2022
Módulo 3



06/08/2022
Módulo 4

21/10/2022
Módulo 5

09/07/22-24/09/22
Curso de Agentes Populares de Saúde na Praça do PAC (Manguinhos)

30/07/2022
Módulo 2



27/08/2022
Módulo 3

Conhecendo o SUS

24/09/2022
Módulo 5

Consolidação de um coletivo junto aos moradores para a continuidade de ações no campo da Educação Popular

09/07/2022
Módulo 1

10/09/2022
Módulo 4



06/08/2022
Módulo 5

Debate sobre Direitos e Mapeamento dos Direitos do Território

Emissão dos certificados do curso de Agentes Populares de Saúde pelo IMS/UERJ

4/09/2022
Módulo 4

25/08/2022
Módulo 3

Imersão Cesta Cuidar-se

24/09/2022
Módulo 5

Balcão de Direitos

Encontros de avaliação coletiva sobre o processo de pesquisa de campo e o questionário em si, com as turmas do curso de Agentes Populares de Saúde
26/11/22 Macaé
10/12/22 Manguinhos
21/12/22 Penha

16/01 a 30/03/23
Análise dos dados dos questionários dos 3 territórios



Movimentos sociais



Instituições de ensino e pesquisa



Apoio

